



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

25/08/2016 - Telesintese

Telecom é o segmento com maior dívida de curto prazo

Conforme a consultoria Economatica, as três empresas com ações têm dívidas de R\$ 61,4 bilhões a vencer no curto e longo prazos, mas a Oi tinha dívida de R\$ 49,1 bi vencida em junho

A dívida da Oi joga o setor de telecomunicações para a liderança entre o segmento com a maior dívida de curto prazo no primeiro semestre de 2016, entre as 213 empresas de capital aberto que atuam no Brasil, conforme relatório da consultoria Economatica divulgado hoje, 24.

O segmento de petróleo e gás é o mais endividado, com dívidas de curto e longo prazos no valor total de R\$ 402,291 bilhões. Mas é o de telecomunicações que tem a maior dívida de curto prazo. Na verdade, é

a Oi a única operadora com a maior dívida de curto prazo. De um total de R\$ 61,464 bilhões de dívidas de longo e curto prazos das três empresas com ações em bolsa, a Oi tinha dívidas que venciam em junho deste ano no valor total de R\$ 49,14 bilhões. A empresa ingressou com pedido de recuperação judicial.

O setor de telecom é também aquele que tem o maior percentual de dívida de curto prazo em relação à dívida total (79,96%), seguido pelo Eletroeletrônico (70,96%) e 67,49%.

Setores com maior Dívida de CP em junho de 2016 em R\$ milhares			
Quantidade de empresa	Setor	Dívida total	Dívida CP
3	Telecomunicações	61.464.287	49.147.932
4	Petróleo e Gas	402.291.782	37.563.772
33	Energia Elétrica	173.347.566	32.487.061
12	Alimentos e Beb	112.973.317	31.887.879
12	Comércio	38.229.236	16.146.709
18	Construção	27.891.257	13.541.122
8	Transporte Serviç	43.903.991	12.794.433
3	Mineração	104.747.252	10.700.787
13	Veiculos e peças	37.061.548	10.439.463
16	Siderur & Metalur	61.939.858	8.508.600
8	Química	34.888.790	5.596.770
5	Papel e Celulose	43.507.909	5.496.082
19	Textil	8.057.423	5.438.292
23	Outros	18.921.600	5.098.010
8	Locadora de imóveis	18.207.625	2.500.380
4	Água, esgoto e outros sistemas	18.429.472	2.442.969
4	Máquinas Indust	5.309.297	1.511.359
3	Agro e Pesca	1.807.794	917.429
7	Administração de empresas e empreendimentos	8.016.181	740.765
3	Minerais não Met	988.539	582.228
3	Eletroeletrônicos	820.144	581.985
4	Educação	3.159.331	410.192
213	Total	1.225.964.199	254.534.219

Fonte Economatica

Empresas com maior estoque de dívida de curto prazo em junho de 2016 R\$ Milhares			
Empresa	Setor	Dívida total	Dívida CP
Oi	Telecomunicações	46.610.730	46.610.730
Petrobras	Petróleo e Gas	397.760.000	36.513.000
JBS	Alimentos e Beb	57.648.764	18.443.229
Vale	Mineração	102.116.117	10.120.305
P.Acucar-Cbd	Comércio	9.008.000	6.114.000
OSX Brasil	Veiculos e peças	8.629.242	5.456.547
Eletrobras	Energia Elétrica	46.477.361	5.186.235
CCR SA	Transporte Serviç	14.665.067	4.828.995
Cemig	Energia Elétrica	15.447.763	4.618.734
BRF SA	Alimentos e Beb	16.959.837	3.748.265
CPFL Energia	Energia Elétrica	20.035.024	3.287.016
Usiminas	Siderur & Metalur	7.220.002	3.067.583
Viavarejo	Comércio	2.984.000	2.646.000
Braskem	Química	23.681.496	2.644.860
PDG Realt	Construção	3.150.754	2.593.241
Klabin S/A	Papel e Celulose	17.192.790	2.418.828
Arteris	Transporte Serviç	6.289.680	2.254.890
Natura	Comércio	4.735.081	2.133.356
Gerdau	Siderur & Metalur	20.674.049	1.959.362
Marfrig	Alimentos e Beb	11.012.948	1.924.670

Fonte Economatica



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

25/08/2016 - Convergência Digital

TCU defende base única para análise de dados na administração federal

Ao abrir o segundo seminário 'Brasil 100% Digital', o Tribunal de Contas da União defendeu nesta quinta, 25/8, a adoção de uma base de dados comum, "suprapoderes", como forma de agilizar e melhorar a qualidade dos serviços de tecnologia da informação no Estado, especialmente com a adoção de ferramentas de análise de dados.

O presidente do TCU, Aroldo Cedraz, já em sua primeira manifestação defendeu como lema "analytics now". "Não podemos prescindir desses avanços tecnológicos. Precisamos encarar a TI como essência do governo que queremos, ágil, eficiente e transparente em suas atividades. A receita é conhecida: dados abertos para que toda a sociedade possa tomar conhecimento e utilizar e construir a partir deles novas aplicações", sustentou.

Mas como destacaram especialistas, "não temos ainda uma cultura de dados abertos, nem de compartilhamento, no Estado brasileiro", nas palavras do secretário de gestão da informação do Tribunal de Contas, Wesley Vaz. "Temos que melhorar fluxo de dados: obter, dar qualidade, segurança, análise, disponibilidade", emendou o diretor de pesquisa e informações estratégicas do Ministério da Transparência, Gilson Libório.

A ordem para isso já existe, particularmente a partir do Decreto 8.789, que determina como regra o com-

partilhamento das bases de dados entre os órgãos públicos. Mas se a cultura da custódia muda lentamente, o uso da análise de dados como ferramenta para melhorar os serviços públicos tem fortes defensores.

"É necessário o desenvolvimento de cultura para resultados, colaborativa.

Talvez seja necessário pararmos para pensar em uma estrutura que seja comum a todos, uma plataforma compartilhada de informações públicas, suprapoderes, para que a partir dela tenhamos condições de alavancar os trabalhos", afirmou o secretário de gestão da informação do TCU.

O próprio TCU sinaliza com um modelo que já começou a ser usado, chamado Labcontas, na prática um sistema de informações em nuvem com dados compartilhados entre 25 órgãos públicos, notadamente tribunais de contas – 18 deles. A ideia por trás desse exemplo e da proposta de um sistema geral do Estado é otimizar o uso dos dados. "A maior parte do trabalho, 70% ou mais, é repetitivo, de carga de dados", explica Vaz.





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

24/08/2016 - Convergência Digital

Ainda não há defesa do consumidor contra o poder dos algoritmos

Do resultado de buscas 'sob medida' à inclusão deste ou daquele artigo nas 'timelines', o uso de algoritmos na vida conectada já passou para decisões sobre empréstimos ou sobre contratações de trabalhadores. Mas se o uso dessa ferramenta matemática se espalha com rapidez, também cresce uma aparente reação à 'automatização' das decisões. Como destacado nesta quarta-feira, 24/08, em seminário promovido pelo NIC.br, há diferentes discussões ao redor do mundo sobre como deve ser enfrentada essa questão, se por novas regras, leis ou práticas, ou por maior transparência no próprio desenvolvimento das equações.

“Os algoritmos não são só uma questão tecnológica, mas trazem associadas questões políticas, econômicas e de relações sociais. A Europa discute uma proposta de regulação, uma espécie de adaptação do direito ao esquecimento para um 'direito à explicação', de como um algoritmo recomenda ou rejeita um empregado, por exemplo. Nos Estados Unidos, há debates desde a criação de agência reguladora sobre o tema como de inclusão de certas características no desenvolvimento, algo como 'fairness by design' para que o código não cometa injustiças”, aponta o professor Virgílio Almeida, ex-secretário de políticas de informática e ex-coordenador do CGI.br.

Ele mesmo é co-autor, junto a Camila Araújo e Wagner Meira, todos da UFMG, de um estudo publicado no início deste mês sobre os estereótipos de beleza que também acabam absorvidos mesmo pelos algoritmos. O estudo avaliou como ferramentas de busca como Google ou Bing resultam em mulheres brancas e jovens como símbolo de beleza, enquanto mulheres negras, asiáticas ou mais velhas são consideradas feias.

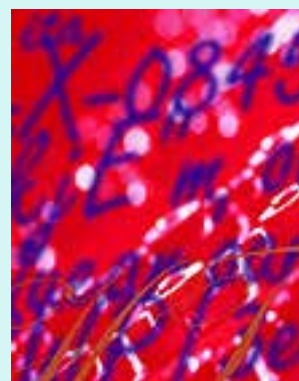
A partir das primeiras 50 imagens de “mulher bonita” e “mulher feia” em dúzias de versões dos motores de busca em diferentes países, o estudo submeteu

as mais de 2 mil imagens coletadas a um programa (Face++) que estima idade, raça e gênero com acuidade de 90%. Como resultado, as negras foram consideradas menos atraentes em 86% dos países avaliados via Google, inclusive alguns com maioria negra, como Nigéria, Angola e no Brasil.

Nos EUA, 80% das imagens de 'beleza' foram associadas a mulheres brancas e com idade entre 19 e 28 anos. Em asiáticos como Japão e Malásia, em geral a 'beleza' só vai até os 23 anos. O alerta feito no painel do VII Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais é no sentido de que algoritmos são cada vez mais usados para automatizar decisões, mas carregam até mesmo os preconceitos que resultam em resultados tendenciosos. Daí os riscos inerentes a essa automação de empréstimos ou empregos, e que já chega a decisões sobre saúde.

“Os algoritmos são novos meios de produção, mas são obscuros, definidos como segredos comerciais ou mesmo de Estado, com operações ilegíveis de hierarquizar e categorizar os dados. E essa obscuridade dos algoritmos fragiliza ou mesmo impede a garantia e defesa dos direitos”, diz a pesquisadora da Unicamp e da Lavits, Marta Kanashiro.

Para os participantes, mesmo uma (ainda em discussão) lei de proteção dos dados pessoais não chega a garantir defesa dos usuários. Não por menos, o “remédio” até aqui mais recomendado é aprender a própria tecnologia. “O usuário precisa ser cada vez mais educado no uso das tecnologias, de forma a se aproximar cada vez mais do funcionamento técnico, portanto é necessário algum tipo de educação”, insistiu a pesquisadora.





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

25/08/2016 - Carta Capital

A Petrobras e a liquidação do futuro

A dilapidação de patrimônios como o pré-sal e o estímulo ao rentismo são o núcleo da política econômica interina, perfeita para afundar o país

Em três meses, algumas decisões do governo interino encaminham o País para uma situação de absoluto desastre, que o devolveria à condição de colônia. É como se o Brasil se suicidasse pela determinação de quem manda, diante da desinformação ou indiferença da opinião pública.

As medidas aceleram a liquidação da sua estrutura produtiva relevante, a consequente perda de autonomia no contexto mundial e o fortalecimento de um modelo centrado no rentismo, o nacional e o internacional.

No balcão de negócios da nova política econômica, a Petrobras, presidida pelo tucano Pedro Parente, vendeu no dia 28 o primeiro campo do pré-sal, o de Carcará, na baía de Santos, e ofereceu no mercado a BR Distribuidora, a maior do País, com peso decisivo na receita do grupo. Outros reservatórios daquela camada marítima deverão ser vendidos, ao lado de alguns bens que podem ser alienados sem danos à empresa e ao País.

Aprovado no Senado e prestes a ser votado na Câmara, o projeto do senador José Serra, o atual ministro das Relações Exteriores, de eliminar a obrigatoriedade de a companhia participar do pré-sal há de ser visto como o deflagrador do desmonte do que sobrou da privatização devastadora do período FHC, nos anos 1990.

Outros congressistas participam da grande liquidação com projetos para facilitar a venda de terras a estrangeiros e à ação das mineradoras globais, entre outros. A queima de ativos inclui ofertas feitas pelos estados, asfixiados com a queda contínua da arrecadação provocada pela recessão e a austeridade do governo, iniciada na gestão de Joaquim Levy na Fazenda, no segundo mandato de Dilma Rousseff.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, quer privatizar 60% do Metrô paulistano, mas ainda não informou como serão contabilizados os prejuízos de 800 milhões de reais, segundo a Promotoria, causados pelo sobrepreço pago a um cartel de empresas para

reformatar 98 trens, nem as perdas com as 46 composições novas estacionadas por tempo indefinido por causa do atraso na construção de três linhas.

Destituída de partes crescentes da sua base material, a economia gravita cada vez mais em torno do rentismo, o jogo lucrativo e sem risco para instituições financeiras, empresas e famílias aplicadoras de recursos em títulos da dívida pública e ativos correlatos. A rentabilidade acima do retorno dos investimentos produtivos e da inflação, a segurança e a liquidez são garantidas pelo governo.

O amplo interesse nesse parasitismo do Estado, com rendimentos da aplicação em títulos da dívida pública, contribuiu para reverter, em 2012, a redução recorde da taxa de juros para 7,25%. Ninguém quer ganhos na faixa de um dígito quando está habituado a abocanhar juros no patamar dos 14,25% atuais.

Os rentistas internacionais encontram no Brasil o último paraíso de juros extremamente elevados, quase sempre os mais altos do mundo, bancados há décadas por um Estado Nacional. Eles ganham com a diferença entre as taxas de juro internas e as externas, as oscilações das moedas e manobras no mercado cambial local, um dos mais voláteis do mundo.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica investiga há um ano a manipulação da taxa de câmbio do real por um cartel de 15 bancos estrangeiros, de 2007 até 2011, com perdas de 200 bilhões de reais para 800 grandes indústrias responsáveis por 90% das exportações.

O governo interino apresenta o seu programa de privatização como indispensável ao equilíbrio fiscal. "A verdade é outra. Foi uma oportunidade que apareceu para venderem ativos públicos que agradam ao mercado. Dizer que é por problema fiscal é uma fraude, um ilusionismo, pode chamar até de pedalada fiscal", rebate a economista Laura Carvalho, professora da USP.

Leia mais em:

<http://www.cartacapital.com.br/revista/914/a-liquidacao-do-futuro>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

24/08/2016 - Vermelho

A democracia foi capturada pelas grandes empresas

Diferentemente do esperado, as políticas públicas não são elaboradas pelo Estado em prol da sociedade civil, mas por grandes empresas que exercem um poderio cada vez maior sobre os Três Poderes. Em um estágio extremo do capitalismo, grandes empresas protagonizam um mecanismo de “captura da esfera pública” e passam a ditar leis e regras. O Estado inverte, então, a lógica, e prioriza interesses privados em vez de públicos.

É contra essa dinâmica que o grupo de ativistas e pesquisadores Vigência! lançou recentemente o relatório “A privatização da democracia: Um catálogo da captura corporativa no Brasil”. O documento de 144 páginas, elaborado em conjunto com o IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas) com apoio da ONG britânica Oxfam, esmiúça a entrada agressiva do capital privado em áreas como alimentos e biossegurança, educação, finanças e juros, meio ambiente, mídia, saúde, segurança e habitação, e fornece uma radiografia da atuação das grandes empresas nesses setores.

“Mostramos um processo de privatização da democracia, no qual grandes grupos econômicos, e seus interesses privados, se apropriam e controlam a esfera de decisões a partir de seus interesses”, explica a geógrafa Yamila Goldfarb, que na publicação escreve sobre alimentos transgênicos.

O modus operandi se dá através de práticas como o lobby – não reconhecido ou regulado no Brasil – e o que se chama de “porta giratória”, ou seja, a contratação de ex-gestores públicos pela iniciativa privada ou vice-versa.

No Brasil a prática não é crime e são poucos os cargos públicos que exigem do novo ocupante uma quarentena de quatro meses após a demissão. Assim, o mecanismo é amplamente utilizado, por exemplo, pela indústria farmacêutica. “O ex-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, demitido do órgão em outubro de 2014, por exemplo, foi contratado pela Interfarma em maio de 2015”, lembra o relatório.

Logo na introdução, o economista Ladislau

Dowbor explica que a ideia é, por meio de estudos de caso em diferentes setores, “fornecer um panorama da influência que as empresas exercem sobre os processos políticos no Brasil de forma a favorecer seus interesses privados”. Constatou-se, então, “um ciclo perverso, que despreza os interesses de diversas parcelas da sociedade brasileira – sobretudo os dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade”.

Esse sistema acaba por custar caro a todos. Enquanto os pequenos produtores agrícolas podem ficar reféns dos “contratos de serviço” com grandes processadoras de alimentos ou com empresas de agrotóxicos ou sementes transgênicas vendidas por transnacionais, no mercado imobiliário leva a uma desenfreada especulação e na educação pode priorizar o lucro em detrimento da qualidade do ensino.

Na esfera ambiental, atinge diretamente povos originários e altera formas de vida, como constatou-se no processo de construção de barragens e obras da usina de Belo Monte, no Pará.

As consequências também são perceptíveis quando se analisa a concentração de renda e a consequente desigualdade trazidas por essa dinâmica. Dados levantados pela Oxfam mostram que em 2015, apenas 62 indivíduos detinham a mesma riqueza que 3,6 bilhões de pessoas, e que a riqueza das 62 pessoas mais ricas do mundo aumentou em 45%, saltando de US\$ 542 bilhões em 2010 para US\$ 1,76 trilhão em 2015.

O rendimento anual médio dos 10% mais pobres da população mundial, por outro lado, aumentou menos de US\$ 3 em quase um quarto de século, sendo que sua renda diária aumentou menos de um centavo por ano. Neste contexto, a América Latina se mostra especialmente preocupante, uma vez que tem 0,5% de sua população economicamente ativa dona de 43% da riqueza da região, enquanto os 8% mais ricos possuem 87% dela.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757



Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/285476-1>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

25/08/2016 - Rede Brasil Atual

'Indenizar trabalhador amputado é mais barato que investir em segurança', diz promotor

Em meio a casos de operários que recebem R\$ 7 mil por uma mão decepada no trabalho, danos causados pelo assédio moral, que podem levar ao suicídio, são invisíveis para a perícia e para o patrão

Para muitos trabalhadores e sindicatos, deixar de depositar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) é a infração mais grave que o empregador pode cometer. Tanto que a queixa é muito comum no Ministério Público do Trabalho. No entanto, o descumprimento de normas regulamentadoras ameaça a saúde, a segurança e a vida sem que o trabalhador se dê conta disso.

"É necessário que os sindicatos exijam o cumprimento das normas regulamentadoras", disse o procurador do Trabalho Leonardo Osório Mendonça, do Ministério Público do Trabalho em Pernambuco, que responde também pela Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho.

O procurador participou de debates na tarde de ontem (24) no 4º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde: Acidentes, Adoecimentos e Sofrimentos do Mundo do Trabalho. Realizado desde segunda-feira pela Fundacentro, na Faculdade de Direito da USP, na capital paulista, o evento segue até sexta-feira (26).

Sem água

"Há algum tempo, uma auditoria motivada por reclamações de problemas em depósito do fundo de garantia revelou que, mais do que isso, a empresa não oferecia água, banheiro, refeitório, equipamento de proteção individual. E não havia queixa quanto a essas irregularidades", relatou Mendonça. "A sociedade como um todo tem de mudar, os sindicatos, e inclusive a Fundacentro, passando a exigir o cumprimento de normas regulamentadoras para a saúde e segurança física e psíquica dos trabalhadores."

Sem citar nomes, ele contou que um grande banco obrigava um trabalhador a transportar malotes com dinheiro em seu próprio carro, entre uma agência e outra, no interior do estado de Pernambuco – o que é ilegal.

O raciocínio do empregador, segundo ele, é sim-

ples: se o dinheiro for roubado, o seguro cobre. E o trabalhador, caso aconteça algo com ele, será substituído por outro. "Casos assim comprovam que o homem é apenas mais um elemento da produção, usado para reduzir os custos de mão de obra na mais valia."

Margarida Barreto: "A violência no trabalho é diferente da época colonial. Abrange todas as categorias, e tenta responsabilizar a personalidade do trabalhador"

Ele destacou ainda que o setor bancário, onde há altos riscos aos trabalhadores justamente por lidarem com valores de terceiros, é responsável por altas taxas de afastamento por doenças. Além disso, grande parte da categoria vem sendo transferida para serviços de telemarketing, onde estão muito propensos a desordens psíquicas.

Em muitas empresas do ramo financeiro, segundo Leonardo, o trabalhador marca seu ponto já no próprio computador para evitar que se perca alguns minutos até que o sistema entre em funcionamento. "Sem contar o script que são obrigados a seguir. Durante as seis horas, não podem fugir ao padrão, têm de repetir mecanicamente a fala estabelecida."

Mendonça alerta para a necessidade de inversão dessa lógica. "Temos de exigirmos todos, com ajuda dos sindicatos, o cumprimento da legislação que garante o direito a condições de saúde, bem estar e segurança no trabalho. Se não for assim, sai mais barato para a empresa deixar de investir em segurança e depois indenizar. Há o caso de um trabalhador indenizado em R\$ 7 mil pela perda da mão. Infelizmente, a vida não tem o mesmo valor para todas as pessoas."

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2016/08/indenizar-um-trabalhador-amputado-e-mais-barato-do-que-investir-em-seguranca201d-diz-promotor-7173.html>